



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

ANTÔNIO PEDRO EDUARDO

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE A ÁFRICA
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA BAHIA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

ANTÔNIO PEDRO EDUARDO

**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE A ÁFRICA
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), com a determinante a obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Coorientadora: Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

ANTÓNIO PEDRO EDUARDO

**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE A ÁFRICA E O NEGRO
NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), com a determinante a obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Aprovado em 24 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Co-orientadora Dra. Mariana da Costa Aguiar Petroni

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. Justificativa.....	03
3. Problema de Pesquisa.....	07
4. Objetivo.....	07
4.1. Objetivo geral.....	07
4.2. Objetivos específicos.....	07
5. Referencial teórico.....	07
5.1. Pensamento social brasileiro na educação étnico-racial no ensino fundamental: uma breve discussão.....	09
5.2. A identidade étnico-racial como parte fundamental.....	15
6. Metodologia.....	18
7. Cronograma.....	20
8. Bibliografia.....	22

Introdução

A nossa pesquisa consiste em compreender como o ensino da história da África e dos africanos e da cultura afro-brasileira está presente na sala de aula, na escola fundamental no estado da Bahia. E como a educação escolar contribui na formação da construção da identidade dos/as alunos/as negros/as através do processo de ensino¹.

O projeto de pesquisa analisa o papel da identidade étnico-racial como parte fundamental nas relações dos/as alunos/as afro-brasileiros/as, a partir do ensino na escola. Deste modo, para a compreensão deste ponto perscrutaremos documentos, textos, livros e artigos de estudos realizadas dentro da temática, como também analisaremos documentos que apontam as práticas e os fatores que contribuíram para a propagação do conhecimento hegemônico, principalmente voltados para o ambiente escolar, conforme apontam Nilma Gomes (2016) e Ramón Grosfoguel (2016), que resultaram em uma “cultura dominante”, que até hoje tendem a fazer uma pressão esmagadora em relação as outras.

O primeiro ponto assentado aqui é uma discussão na qual propomos como apresentação um breve diálogo entre os autores que se debruçaram sobre o pensamento social no Brasil na educação de modo geral, e mais tarde usamos pesquisas delimitada à educação da escola fundamental para podermos entender o que o projeto apresenta como proposta.

Ao estudarmos sobre o pensamento social brasileiro na educação citamos de forma rápida a contribuição do/a negro/a e também mostramos a sua posição no contexto brasileiro, como resultado de um processo e uma estrutura racista, principalmente no ambiente de ensino, onde o Brasil se constituía como República ao mesmo tempo que afastava os negros da educação e dos outros campos da esfera social. Nesse ponto, acentua-se também as diligências dos/as intelectuais negros/as, que vêm lutando para a visibilidade e reconhecimento dos saberes africanos na contribuição da sociedade brasileira, desde os anos oitenta, conforme aponta Nilma Lino Gomes (2017), e esses, foram dando continuidade à luta de resistência, resiliência e reconhecimento do/a negro/a no Brasil através dos que hoje conhecemos como movimentos sociais propriamente negro.

1 Não se decidiu, até ao momento, quais das escolas serão os nossos objetos de pesquisas, mas a proposta é pensar em uma escola na capital, em Salvador, e a outra no interior, provavelmente na cidade de São Francisco do Conde, no intuito de analisar como a temática da nossa pesquisa está presente nas diferentes escolas. A nossa particularidade está a ser pensada em uma escola do ensino fundamental privada e a outra sendo pública.

E a seguir, analisamos duas pesquisas de campo a primeira, realizada por Raquel Amorim dos Santos (2009), onde a autora analisa como os professores trabalham a Lei 10.639/03 e a segunda, realizada por Leonardo Moraes Batista (2018), professor de música, que problematiza a educação das relações étnico-raciais para além do conteúdo das componentes curriculares. Diferente da primeira pesquisa apontada acima, o estudo de Batista apresenta tensões e aborda perspectivas e interações sobre caminhos para resistir e desconstruir padrões no campo da educação musical dentro da sala de aulas. E apontamos aqui como necessário para podermos entender as bases da discussão propostas no presente projeto. Ambas as pesquisas discutem a educação na relação étnico-racial dentro das escolas no ensino e como os professores usam dessa ferramenta para diversificar os saberes a fim de que atenda as demandas resultadas das diversidades étnico-raciais, culturais e de saberes diversos que hoje em dia as salas de aulas se propõem a desafiar. O foco dessas pesquisas também está atrelado a compreender como a educação étnico-racial está pautada no ambiente escolar e como essa é ensinada e expressada pelos estudantes através da sua realidade, tendo em foco o professor e a escola como agentes principais na formação do/a aluno/a, junto ao processo de ensino como o mecanismo de transmissão dos saberes curriculares. E para ajudar nessa última reflexão, sobre a identidade nas escolas, nos debruçaremos aqui das discussões de livros e artigos de autores que também trabalharam antes na temática, e de forma rápida, analisaremos qual o papel da educação escolar na formação da identidade étnico-racial do/a aluno/a afrodescendente.

Desse modo, ao utilizar-se dos diálogos dos diferentes textos apresentados em nosso referencial bibliográfico e partindo dos pressupostos das pesquisas realizadas por esses autores, tais como Nilma Lino Gomes (2005), Elizabeth Pereira Rodrigues (2020), Raquel Amorim dos Santos (2009), Leonardo Moraes Batista (2018), Manoel Messias Gomes (2019) e muitos outros, buscaremos direcionar a pesquisa aqui apresentada no sentido de entender como a temática da história de África e dos africanos e da cultura afro-brasileira está presente na escola fundamental, através dos materiais didáticos da instituição, e como a escola ajuda na formação da identidade dos alunos.

Justificativa

Mary Aparecida Ferreira da Silva na sua obra sobre métodos e técnica de pesquisa, afirma que “o que leva o ser humano a pesquisar, a investigar a realidade nos mais diversos aspectos e dimensões é o interesse e a curiosidade” (2003, p. 49). Durante as discussões sobre racismo, sexismo, diferença de classe e desigualdade social em sala de aula na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no curso de Humanidades,

passsei a entender, a partir das leituras dos autores intérpretes do Brasil, a posição do negro na sociedade brasileira. E, lendo autores africanos que discutem, em seus textos, sobre filosofias africanas no continente e na diáspora e de autores afrodescendentes brasileiros- que tratam de temáticas como culturas, identidades, educação e currículos educacionais-, compreendi que o conhecimento sobre a história de sua origem, seu povo, sua cultura e especificamente identidade mune as pessoas negras de ataques racistas, sexistas e classistas estejam elas onde estiverem.

No contexto brasileiro, tive a oportunidade de conversar com alguns colegas afrodescendentes que afirmavam que já tinham sofrido racismo, sexismo e preconceitos de classe em alguma ocasião, mas como não tinham conhecimento de como se dava e porquê esses atos aconteciam, elas/es achavam que era um comportamento normal vindo de pessoas “péssimas” e que preferiam não rebater no exato momento, na esperança de que aquilo passaria.

Ainda dentro da universidade, houveram muitos depoimentos de colegas que antigamente se autodeclaravam pardo/as e até mesmo professores, dizendo que, até algum tempo de suas vidas sentiam que não pertenciam a nenhum grupo racial e ao mesmo tempo que eram excluídos dos mesmos quando esses interagiam. Outro fato, que pareceu muito intrigante, foi o depoimento de três colegas que se autodeclaravam pardos/as, e alegaram que não sabiam o que falar ou como reagir quando lhes questionavam sobre a sua posição étnico-racial a qual pertenciam. E isso fazia com que essas pessoas tivessem um comportamento que refletia a rejeição da sua identidade, como por exemplo alisavam o cabelo, detestavam o formato do próprio nariz e se sentiam mal em relação a sua cor da pele quando elas estavam presentes em diferentes lugares sociais. Nilma Lino Gomes, em relação a esse aspecto discriminatório no contexto brasileiro, afirma que “a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas” (2005, p. 45), dentro das relações interpessoais.

Com base nos relatos contados pelos meus colegas em sala de aulas, havia um sentimento negativo quando eles se igualavam aos africanos, devido ao fato deles serem igualmente negros, isso porque sempre lhes foram ensinados nas escolas e jornais de TVs que os africanos foram povos escravizados, que o continente africano é um lugar de sofrimentos e que os seus diferentes povos eram desprovidos de civilização. Mais tarde compreendi o porquê dessa forma de agir dos meus colegas, lendo o artigo de vários autores que tratam da temática da identidade negra como o de Manoel Messias Gomes, onde o autor alega que “muitos não falam que são afrodescendentes por vergonha de se reconhecerem como negros ou descendentes

deles, pois sentem vergonha de suas origens, quando deveriam se orgulhar de sua ascendência” (2019, p. 01). No Brasil, os acessos às escolas foram estabelecidos de modo geral para todas as pessoas, negras, indígenas e brancas, nos primeiros momentos da Lei de Diretrizes e Base (LDB) que decreta a igualdade de condição para o acesso e a subsistência na escola, mas ainda assim não havia criado mecanismo didático para poder tratar e lidar com essa diferença dentro da sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Base nº 9.394/96 estabelece o princípio primeiro da educação na realidade brasileira, onde determina a igualdade de condição para o acesso e a subsistência na escola, desta forma proporcionando assim a educação básica para todos desde as crianças até aos que não puderam acessar a escola na idade prevista, “acesso aos patamares mais altos do ensino, pesquisas e extensão, segundo a capacidade de cada um: garantia de acesso e permanência na educação regular a jovens e adultos” (ROBRIGUES, 2020, p. 01). A Lei também dita que a educação nacional, junto do auxílio da família e do Estado, deve ser inspirada nos princípios de liberdade do respectivo educando e orientada nos ideais de solidariedade humana, preparando o aluno para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho junto ao desenvolvimento pessoal. Mas diferente a essa perspectiva legislativa, existem confluências de fatores como a condição carente da estrutura, a falta do reconhecimento financeiro na educação junto da dificuldade de ter a carga de apoio do mesmo governo, a falta da presença familiar, de recursos de materiais didáticos e muitos outros, fatores estes que impedem ou retardam a realização desse desenvolvimento nas escolas.

É notável que a humanidade avançou de maneira extraordinária em termos tecnológicos, se comparado com as últimas décadas, trazendo muita praticidade para todas as pessoas, principalmente os/as alunos/as desde o fundamental aos estudantes universitários pesquisadores, e concomitantemente trazendo desafios na educação escolar que cada vez mais está sendo frequentada por uma nova geração de conhecimento. É plausível que algumas escolas do ensino fundamental vêm arranjando mecanismos para lidar com essas novas formas de ensino que surgem através das novas tecnologias, mas, ainda assim, elas possuem métodos não muito modernos para ensinar essa geração, pois eles precisam de técnicas mais dinâmicas e eficazes para aquisição de conhecimento. E quando não acontece isso, o aluno não se identifica com o ambiente escolar, e cada vez mais vemos a família se afastar da participação na educação escolar, desse modo, deixando a responsabilidade do ensino, em grande parte, confiada na escola e essa última “não vê o desenvolvimento do aluno no seu contexto social e principalmente cultural, para poder assim entender como ele se comunica e se relaciona”, alega

a Silvia Kawassaki (2018)². Concorda a autora Rodrigues (2020) ao apontar o estudo de Eleanor Duckworth (1979) sobre a aquisição de estrutura cognitiva segundo Piaget, que educação na ótica do aluno é conduzir a criança a adquirir conhecimentos extensos e profundos, conhecimentos que não seriam incorporados sem a interferência necessária da ação afirmativa.

Nesse aspecto torna-se importante nas escolas fundamentais a implementação das formas de educações discutidas por Carlos Brandão (1981), nas quais diferentes lugares têm concepções distintas das coisas, desse modo, a educação se dá de forma diversificada nesses lugares, ou seja, “não há forma única nem um único modelo de educação” (1981, p. 09). Pois, foi dessa forma, aprendendo sobre a diversidade racial e cultural, que os/as meus/minhas colegas ganharam voz em respostas dos ataques racistas e preconceituosos.

Ao término de seus depoimentos, os colegas afirmaram que hoje graças aos conhecimentos adquiridos por pesquisas feitas de forma autônoma e através da universidade, eles já conseguem e sabem como lidar com situações de racismo, classismo e outros tipos diferentes de preconceitos como por exemplo, sobre o fenótipo negro.

Diante das falas dos meus colegas e em relação a essa educação propagada pelas instituições de ensino, levantei a hipótese de que a forma padrão de ensino/aprendizado que usam nas escolas para os estudantes assimilarem a matéria não correspondem as demandas das necessidades da educação atual nos diferentes ambientes escolares, devido as diversidades culturais e étnico-raciais em nossas sociedades; e o conhecimento sobre a história da África e dos africanos bem aplicada nas escolas fundamentais brasileiras tornam as experiências de relação sociais dos estudantes afro-brasileiros melhores. Pois, anuindo com Gomes (2019), a nossa pesquisa entende que talvez seja a falta de argumentos bem elaborados, através de pesquisas que demonstrem a importância negra para a formação e o desenvolvimento desta nação, uma das causas que levam as pessoas, principalmente os afro-brasileiros, a renegar as suas origens.

Diante dessas narrativas, surgiu um grande interesse em pesquisar essa busca da identidade negra, para poder entender como se dá esse processo de transformação identitária a partir da educação na contemporaneidade da sociedade brasileira no estado da Bahia, onde a população é majoritariamente negra.

O diálogo do presente projeto está ancorado no debate sobre a identidade dentro do sistema de educação, pois acredito que se pensarmos na educação como uma das ferramentas

2 Silvia Kawassaki, diretora da Escola Viva, comenta a importância da formação de professores nos dias de hoje no canal do youtube, Critique: A Arte de Discernir. (<https://youtu.be/jOnUAUptatU>) acessado em 15/06/2021.

de transmissão às novas gerações das aquisições da cultura humana, como afirma Leontiev (apud SILVA, 2010), a ideia de identidade étnico-racial surge como ponto fundamental. Isso porque a cultura brasileira, grosso modo, não é comum de uma trajetória única vinda de um só povo. Nesse quesito, a educação étnico-racial torna-se crucial na participação do processo educacional das pessoas negras, brancas e indígenas sendo usada como ferramenta primária contra a desigualdade social e na luta contra o racismo e o epistemicídio dentro das diferentes esferas da sociedade, pois os dados de pesquisas sociais sobre as desigualdades e questões raciais mostram que o Brasil, até hoje, está longe de ser um lugar onde esses problemas não existem³.

A nossa pesquisa será realizada dentro de uma realidade social: a escola, envolvendo todo o aspecto desse ambiente relativo ao aluno do ensino fundamental em seus múltiplos relacionamentos com o Outro e com as epistemes da educação escolar disponibilizadas para o aluno.

Problema de Pesquisa:

Através de conversas com os meus colegas afrodescendentes em sala de aulas, leituras de textos que abordam sobre racismo, identidade, preconceitos e educação como relações étnico-raciais, igualdade social entre as diversidades, e muitos outros assuntos do pensamento social brasileiro, participações de seminários, palestras, apresentações com as mesmas temáticas, principalmente o contato com pessoas do movimento negro que lutam pela autoafirmação e o reconhecimento da epistemologia negra nas academias e escolas do Brasil e vendo a influência da escola na vida das pessoas, tanto negra como as não negras, pude notar, como já citado a cima, que o conhecimento sobre a história de sua origem, seu povo, sua cultura e especificamente identidade mune as pessoas negras, e as não negras, de ataques racistas, sexistas e classistas estejam elas onde estiverem. Foi dessas relações traçadas que me impulsionou a problematizar a seguinte questão de pesquisa:

Qual a influência do conhecimento sobre a história da África e dos africanos e sobre a cultura afro-brasileira nos/as estudantes afrodescendentes dentro das escolas fundamentais brasileiras e para suas relações sociais?

³ Ver o artigo da ONU Brasil ‘O racismo mata e não podemos ser indiferentes’, (2017) em <<https://nacoesunidas.org/o-racismo-mata-e-nao-podemos-ser-indiferentes-diz-onu-brasil-em-lancamento-da-campanha-vidasnegras/>>. Acessado em 10/06/2019.

Objetivos

Objetivo geral:

- ✓ Compreender como, ou de que forma, o conhecimento sobre a África influencia o pensamento dos/as alunos/as afro-brasileiros nas escolas e nos seus meios sociais.

Objetivos específicos:

- ✓ Analisar como este tema está presente no campo educacional, na escola fundamental, através dos materiais didáticos.
- ✓ Entender qual o papel da identidade étnico-racial para os/as alunos/as negros/as, dentro do meio social, através do processo de ensino.

Referencial Teórico

Muitos autores discutiram sobre a inclusão do/a negro/a na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que pensadores intelectuais negros como Manuel Querino (1923), Abdias Nascimento (1985) e Petronilha E. Silva (1997) junto a Lucia Barbosa (1997) e muitos outros vêm afirmando, a partir das suas obras artísticas e acadêmicas, sobre uma máxima atenção na contribuição do/a negro/a na formação social do Brasil desde a arte, culinária até a educação, ou seja, a chamada da participação epistemológica do/a homem/mulher negro/a como um dos elementos de cidadania, se pensarmos na educação das relações tendo como o elemento a formação de cidadãos (SILVA, 2007).

Quando pensamos em termos de cultura brasileira, tais como os hábitos de culinária, do banho, da música e da dança até mesmo o de lazeres, em sua maioria podemos notar que nelas existem uma influência da cultura africana. E essas devem-se ao fato de que o processo colonial escravocrata envolveu povos africanos nos territórios das américas. “Essas influências, em sua maioria, geralmente não são ditas e nem explicadas e ao mesmo tempo não valorizadas”, explica a pedagoga e mestre em educação Jaqueline Conceição, em uma entrevista realizada em 2018 no canal *Casa Do Saber*⁴. Isso deve-se, também, a que o ensino padrão nas escolas brasileiras terem recalcado as informações sobre as verdadeiras histórias dos afro-brasileiros e indígenas durante muito tempo, pois "na história do pensamento brasileiro debruçado sobre a sociedade e cultura são frequente as vezes notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade" (IANNI, 2004 p. 70), ainda outra autora frisa que

⁴ Jaqueline Conceição, pedagoga e mestre em educação, conversa sobre o histórico da cultura negra e toda sua construção social. Acessado 28/03/2020 Link: (<https://youtu.be/yYJSbG7rETY>).

"a História do Brasil acompanhada pela Geografia ou Corografia do Brasil possuía uma carga didática extremamente reduzida se comparada à reservada à História Universal e Sagrada, sendo limitada às aulas das últimas séries do nível secundário" (BITTENCOURT, 2005 p. 7).

Em relação a essa contribuição do homem e mulher negro/a africano/a, Gomes (2019) concorda com essa máxima atenção, dizendo que:

Apesar da escravidão, os africanos foram atores culturais importantes e influenciaram profundamente as formas de viver e de sentir das populações com que passaram a interagir no Novo Mundo. Os africanos para aqui trazidos tiveram papel civilizador; foram elementos ativos e criadores, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. Com eles, a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras como ganhou maior espontaneidade e leveza. Portanto, podemos afirmar que o tráfico fora feito para escravizar africanos, mas terminou também africanizando o Brasil (2019, p. 01).

Deste modo, na contemporaneidade, acredita-se que um dos meios funcionais para a continuação dessa máxima atenção é a educação integradora- na qual se aprende saberes diversos como modo de vida e não como um conhecimento único absoluto. Esta, chamada aqui de educação étnico-racial. Um ponto importante apontado por Nilma Lino Gomes (2017), em sua discussão sobre a intelectualidade negra na descolonização do conhecimento do currículo escolar, é que desde os anos oitenta, já haviam negros e negras se destacando em diferentes esferas do conhecimento acadêmico brasileiro, negros e negras que ajudaram na produção intelectual contribuindo para uma episteme de característica mais africana, contrariando e lutando contra barreiras raciais e sociais da supremacia branca, pondo em discussão e crítica o conhecimento ocidental e da realidade do contexto brasileiro e do mundo em geral⁵, e ainda assim esses negros e negras não foram reconhecidos- pelo menos alguns deles até hoje são lembrados e celebrados-, como intelectuais e produtores de conhecimentos. Pois essa rejeição, negação e não aceitação social provem de que a produção do conhecimento do movimento negro, e do/a negro/a sobre si mesma e da realidade que os cercam não tem origem nos bancos acadêmicos nem dos meios políticos, isso surgiu na periferia, na experiência da pobreza, na ação cotidiana, nas vivências sociais, na elaboração e reelaboração intelectuais de negras e negros, afirma Gomes (2017, p. 224).

Na discussão sobre, *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*, ao apontar algumas bases que ajudam na construção da

5 Ver Ana Maria Galdini Raimundo Oda e Paulo Dalgalarondo. "Memória de Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico". In: Rev. Bras. Psiquiatr. 2000.

identidade propriamente negra nas pessoas como agentes de interações sociais, a mesma autora (2005) diz que podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar e nesse caso a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, de igual modo às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar de maneira positiva com a mesma. Desse jeito, é interessante pensar, nesta forma padrão de ensino/aprendizado que usam nas escolas para os alunos assimilarem a matéria, de uma perspectiva ocidentalizada, responderia às demandas das necessidades de educação nos diferentes espaços, demandas estas que são provenientes das diversidades culturais e étnico-raciais em ambientes de ensino? Para essa questão talvez precise-se pensar em como o conhecimento sobre o/a negro/a em geral são tratados nas escolas, principalmente no ensino fundamental, e compreender através dos materiais de aprendizagem como este tema está presente no campo educacional da instituição.

Pensamento social brasileiro na educação étnico-racial no ensino fundamental: uma breve discussão

Primariamente consideramos, no projeto de pesquisa, a conceituação de que o pensamento social brasileiro está relacionado com a educação no Brasil, tanto de modo notável ou de forma intrínseca, pois “os processos educativos estão intrinsecamente relacionados aos contextos sociais nos quais se desenvolvem” (SILVA; SANTIAGO, 2019, p. 04). Deste modo, este está abrigado no pensamento dos professores e nos materiais didáticos disponibilizados pelo plano político pedagógico das instituições como ferramentas de ensinamentos e por sua vez na prática pedagógica, no tempo e espaço desses elementos escolares.⁶

Desta feita, propomos aqui abordar sobre as práticas pedagógicas através de algumas análises baseadas em estudos já realizados anteriormente, propriamente no ensino fundamental, com vista a compreender como a educação étnico-racial está pautada no ambiente escolar e como essa é ensinada e expressada pelos estudantes através da sua realidade.

A prática pedagógica compreende duas grandes dimensões, a primeira seria a área do conhecimento no qual o docente é especializado para poder exercer ou realizar o processo de ensino e aprendizagem, a segunda tem a ver com a sua experiência profissional como seu aspecto constituinte de sua formação. Essas duas dimensões ajudam no trabalho pedagógico no

⁶ Esse enraizamento do pensamento social brasileiro está ligado nestes aspectos da educação através de um longo processo histórico social apresentados pelos autores intérpretes do Brasil. Para mais aprofundamento sobre essa questão ler, por exemplo, *Relativizando: uma introdução a antropologia social*, de Roberto Damatta (2010) e a obra de Jocélio Teles dos Santos (2005), *Poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*.

sentido de fortalecerem as ações na pedagogia com vista a melhorar e superar as dificuldades do docente, bem como para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do aluno, diz Santos (2009). Ao pesquisar sobre as práticas pedagógicas de alguns professores do ensino fundamental, a autora nota, através dos argumentos dos diferentes profissionais pedagógicos, que existe uma duplicidade na ocorrência de trabalhar o ensino, esta é a dupla conteúdo e realidade do aluno, sobre isso a autora diz:

...é perceptível nas falas desses professores a afirmação de que a prática pedagógica somente tem sentido quando o professor relaciona o conhecimento acadêmico e as experiências de vida dos alunos. A relação realidade do aluno e conteúdo programático, fortalece uma prática pedagógica humanizadora, de valorização do saber do aluno e aquele institucionalizado, para além de uma cultura escolar que tende a universalizar o conhecimento e torná-los homogeneizadores de culturas. A escola, em especial a sala de aula, por meio dos professores precisa atentar para a multiplicidade de culturas que existe no âmbito da escola, é um olhar atento para a [re]valorização do eu e do outro em favor da afirmação e construção de identidades positivas na escola... (SANTOS, 2009, p. 121- 122).

Desta maneira vimos um papel fundamental na escola, o de transmitir o conhecimento propício para poder proporcionar uma valorização dos saberes do aluno de modo que tende a pensar esse conhecimento transmitido, a partir dos materiais didáticos, como universais, mas homogêneos de cada cultura. E como podemos notar, essa transmissão do saber é realizada através de um processo de ensino, este que aqui significa que o professor é envolvido por saberes- sobre a África e os africanos no Brasil- que produz vários sentidos nas redes de ensino das escolas brasileiras.⁷ Desta feita precisamos analisar como este tema está presente no campo educacional, na escola fundamental, através dos materiais didáticos da instituição.

O conhecimento corporificado no currículo é um conhecimento particular. A seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes (SILVA. 2010, p. 46).

Devido as crescentes lutas do movimento negro e de vários/as intelectuais negros/as, e não só, que deram continuidade aos debates e análises dos fatos sociais ocorridos na sociedade brasileira em prol de uma educação antirracista e que metesse em pauta a contribuição do povo negro nos currículos oficiais escolar e acadêmico no Brasil, hoje é possível ensinar sobre a história de África e dos afro-brasileiros nas escolas, principalmente no ensino fundamental. Um

7 Em sua pesquisa, Raquel Santos traz o conceito de ensino não na sua definição habitual, no qual estamos acostumados em nossas discussões apresentadas, mas sim numa outra vertente, em que o ensino expressa o conhecimento que o professor tem acerca do ensino da história da África e dos africanos no Brasil e desta forma responsabilizando, em parte, o professor pelas produções de saberes que originam vários sentidos dentro das redes de ensino das escolas brasileiras.

dos frutos resultante dessas lutas constantes seria a Lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão do estudo obrigatória da História da África e dos afro-brasileiros assim como a luta dos/as negros/as no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição de forma positiva do/a negro/a na formação do social nacional. Esse feito que muitos autores apresentam como um marco divisor na política afirmativa brasileira. Sobre esse feito conta-nos Leonardo Moraes Batista que:

... da Lei 10.639/2003 vem ao encontro do que está centrado na ação política de ações afirmativas lideradas pelo Movimento Negro, demarcado por luta, resistência e resiliência, e tem como objetivo a reparação histórica, o reconhecimento e a valorização da história e a construção de oportunidades iguais, em parâmetros econômicos, sociais, educacionais e culturais, para negros e negras brasileiros (2018, p. 115).

Batista, acredita que o nosso cotidiano escolar é atravessado por crenças, valores, dores, angústia e desejos dos indivíduos que nela deambulam, formando assim um espaço comprimido de significados e sentidos, porém esses são perpassados por uma espécie de ação de apagamento, silenciamento, subalternização e indiferença pelos significados e sentidos que são empregados nas redes de saberes e conhecimentos ampliados na escola. Neste processo o autor percebe uma forma de racismo epistêmico que considera ser uma das dimensões mais permissiva da discriminação étnico-racial, no qual a educação escolar recusa o reconhecimento da produção de conhecimento de algumas pessoas sendo válido por dois motivos apontado, o primeiro seria por não terem proveniências brancas, e o segundo é que essas produções de conhecimentos envolvem repertório e canônicos que não são ocidentais. Desta forma o autor alega que “o epistemicídio contínuo nos espaços educativos é gritante. Pode-se dizer que vai da formação de professores até o cotidiano da sala de aula” (idem. 2018, p. 117).

No processo pedagógico-musicais, a área na qual o autor atua como professor, diz que, essa visão discriminatória também é amplamente visível tanto no aspecto epistemológico, como base de ensino para o aluno, quanto ao uso metodológico para a realizar esse processo. Notando essa pressão opressora ocidental sobre os conhecimentos e saberes outros, que mais tarde terminam como genocídio da população negra brasileira⁸, Batista toma como compromisso ético a luta para a visibilidade dos saberes, conhecimentos e vidas subalternizadas por essa perversidade opressiva, como um dos pontos de partida a esse grande desafio o autor olha para a Lei 10.639/03 como um ótimo e importante meio para alcançar essa realização na educação e

8 Idem. 2018, p. 115-117.

desenvolver abordagens pedagógicas para se pensar o cotidiano das escolas, pois afirma que “não é mais possível permitir que a escola seja um espaço de legitimação do racismo epistêmico e da desigualdade racial” (idem, 2018, p.121).

Raquel Amorim dos Santos (2009) no seu trabalho de campo, ao dialogar com os professores do ensino fundamental da escola na qual ela pesquisou, se questionando sobre como esses profissionais da educação trabalham o estudo da História da África e dos africanos e a cultura negra brasileira? O primeiro detalhe apontado pela autora é uma expressão de sentimento verdadeiro dos professores mostrando em linhas gerais a vontade enorme de trabalhar, por meio das diferentes metodologias procuradas por eles, nesse sentido. O segundo é a expressão de uma iniciativa, por parte desses profissionais da educação, em realizar um trabalho muito diferente e que atenda a demanda da diversidade dentro do ambiente da sala de aula. “Mas apesar dessa inovação, os alunos na sala de aula mostram que a diversidade ainda é uma lacuna que precisa ser superada, pois é um processo que faz parte de qualquer sociedade”, afirma Santos (2009, p. 143). Em relação a esse estudo realizado, a autora, conclui que em sala de aula a História da África e dos africanos e a cultura negra brasileira ainda é discutida de forma restrita e superficial em sua temática de modo grosso, e o motivo pelo qual isso acontece é que existe uma ausência de discussão desse conteúdo nas formações direcionadas aos professores, e destacando isso Santos aponta como um possível melhoramento, a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) e olhar nos planos de aulas dos professores dentro das instituições.

É notável, e até comprovável por pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que no Brasil a cor da pele de um determinado indivíduo demonstra uma posição imputada de racismo e algum tipo de preconceito ou discriminação provido de um longo processo histórico⁹. Discutir o pensamento social brasileiro relacionando a questão do negro no meio social a partir de um contexto histórico tem sido um debate recorrente e amplo dentro das universidades brasileiras, sendo algo muito plausível como resultante de lutas e resistências procedentes dos movimentos e intelectuais negros/as, mas ainda assim vê-se muita desigualdade social, econômica e política no país¹⁰, e isso fica mais alarmante quando formos fazer um levantamento nas pesquisas sobre os diferenciais em meios dessas desigualdades entre

9 SANTOS, 2009, p. 146.

10 Rafael Georges, coordenador de campanhas da Oxfam Brasil, fala à rádio CBN sobre a necessidade de se focar em redistribuição de renda, em 13/08/2018. Leia a entrevista completa no link: (https://oxfam.org.br/noticias/desigualdade-social-sera-desafio-para-o-proximo-governo/?gclid=CjwKCAjw1cX0BRBmEiwAy9tKHraK_DYugb10D7xtmjWfSKEqEdTSeU3I-rh1CNqIJF0ztB3uD694BRoCCRIQAvD_BwE) acessado em 11/04/2020.

brancos/as e negros/as brasileiros/as, “não precisa ser um gênio muita das vezes para verificar quem está nos domínios dos benefícios sociais que o país apresenta”, afirma Alexandre Braga, presidente da União de Negros pela Igualdade de Minas Gerais (Unegro/MG), numa conversa com a revista Edição do Brasil em 15 de março de 2019¹¹.

Essa desigualdade vem desde a era da abolição da escravatura, pois os negros foram soltos do trabalho escravo, mas os governantes não pensaram nas políticas de inclusão social, ficando assim de fora das regalias que a sociedade oferecia tais como empregos formais, moradias, alimentação, assistência social e principalmente a educação. Desde aquele momento deu-se ao início de uma desigualdade abismal que hoje conhecemos na sociedade brasileira, conforme Florestan Fernandes:

A abolição os projetos no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classe, a "população de cor" subsiste numa posição ambígua, apresentada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos "libertos" na velha estrutura social. Ora essa situação esdrúxula é altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as raízes históricas da degradação social do "homem de cor" no seio do novo sistema socioeconômico: [...] Tomando-se a rede de relações raciais como ele se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o "negro" e o "branco", fosse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial (2008, p. 303).

E esse tratamento só foi possível devido ao processo de escravidão do negro africano, onde foi arrancada a humanidade do ser negro, dessa forma, cria-se o negro como invenção da "exótica da África, que consistia na negação da condição humana aos africanos" (MANGANA e CHINZENGA, 2016, p. 772), então, a partir do século das luzes, os estudiosos e os intelectuais europeus presumiam rotineiramente que eram mais qualificados para determinarem a "verdadeira" história dos povos antigos e indígenas do que esses próprios povos, frisam as autoras Nascimento, e Finch III (2019)¹², é nesse sentido que se inserem as reflexões de filósofos como Kant (1724), Hegel (1995), Hume (1757) e outros que foram grandes responsáveis pela desumanização do ser africano e, concomitantemente, ajudaram de modo

11 Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país encerrou 2018 com 12,2 milhões de pessoas desempregadas. Desse total, os que se autodeclararam pardos representam 51,7%, enquanto negros somam 12,9%. Leia a entrevista completa no link: (<http://edicaodobrasil.com.br/2019/03/15/desigualdade-entre-brancos-e-negros-e-evidenciada-no-mercado-de-trabalho/>) acessado em 12/04/2020.

12 Slide com objetivo didático organizado pelo professor graduado e mestrado em filosofia e Dr. em Educação Ricardo Matheus Benedicto, Afrocentricidade. UNILAB 2019.

ideológico nos primeiros passos ao que Grosfoguel (2016) chama de genocídio a partir do racismo/sexismo e epistêmico.

O mundo, a partir daí, teve um olhar discriminatório sobre o africano inferiorizando o continente e tudo que nele se encontrava, das coisas até a forma de pensar, conforme frisa o autor, "o epistemicídio foi inerente ao genocídio. Nas américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou praticar suas cosmologias, conhecimentos e visões de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento" (GROSFOGUEL, 2016, p. 40), na tentativa de matar a identidade étnica, do ser africano, de modo a cortar o contato com a sua ancestralidade, alienando-lhe assim de forma psicológico e corporalmente nesse espaço novo diaspórico, no processo descrito por Fanon (2018).

O presente projeto longe está, de afirmar que esse processo de epistemicídio e alienação foi um bem-procedido por eles, pois a cultura negra africana nas diásporas permaneceu graças as grandes e diversas formas de resistências dos africanos escravizados nas américas, e hoje elas são visíveis em movimentos e intelectuais negros/as que lutam por um resgate a uma identidade étnica-negra africana, tanto nas escolas quanto em políticas afirmativas de integração social. No Brasil, só a partir de meados da década de 1985 se "proliferaram estudos que passaram a compreender a escravidão negra africana com base na resistência à tentativa de dominação física e mental, considerado fundamental a autonomia de ação e de pensamento" (JUNIOR e FERREIRA, 2019, p. 15).

Mesmo quando o modelo de currículo da escola brasileira estava totalmente voltado ao grupo dominante, de modo que tinha os seus planos e os interesses afastados da História da África e africanos e a cultura negra brasileira sem que a educação tivesse qualquer estabelecimento com essa temática no âmbito do ensino, o movimento negro continuava sua luta pela visibilidade educacional, assim como em outros campos sociais, Santos ainda alega que:

Para transpor esse regime patriarcal historicamente estabelecido no sistema de ensino no Brasil foi necessário que os movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, se colocassem em posição de arco e de flecha para fazer emergir no mundo contemporâneo uma Lei que priorizasse a cultura e história afro-brasileira africana no currículo oficial das escolas no Brasil. Essa Lei vem de forma qualitativa reverter esse quadro, dá visibilidade à cultura afro-brasileira e africana, outrora adormecida nos conteúdos didáticos (2009, p. 147- 148).

Esta é a Lei Federal nº 10.639/2003, como já citado a cima, ela é fruto de muita luta dos movimentos e intelectuais negros/as que objetiva(vam) na visibilidade e reconhecimento da contribuição da cultura e da epistemologia do homem/mulher negro/a na sociedade brasileira no campo da educação assim como em outras esferas, e dessa lei pretende se criar um outro olhar em relação a história e cultura negra em geral, de forma a mostrar a utilidade dos valores civilizatórios dentro da sociedade brasileira proporcionados pelo contato do povo europeu e indígenas junto do povo africano no Brasil. Graças a Lei Federal nº 10.639/2003 alguns institutos vêm se destacando com êxito na promoção da experiência em termos das práticas pedagógicas sobre relações étnico-raciais dentro das salas de aulas, como por exemplo o instituto Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais¹³, mas ainda se observa que a existência dessa legislação antirracista por mais que sejam um fundamento necessário para o avanço das lutas traçadas há décadas pelo corpo intelectual negro/a, e que embora indique conquista e representatividade cultural afro-brasileira dentro do sistema educacional como símbolo de luta árdua, ela “não garante a efetiva execução de pratica educativa que contemplem a necessidade dos alunos afrodescendentes nas escolas brasileiras” (Santos, 2009, p. 148)¹⁴.

Deste modo, acredita-se que ainda terá muita luta pela frente no processo do reconhecimento e contribuições da cultura africana e afrodescendente na construção do social brasileiro, assim como a implementação e o tratamento completamente enquadrado dessa temática no ensino das escolas e nas formações direcionadas para os profissionais da educação, sendo estes considerados adjuntos responsáveis na formação de identidades dos indivíduos como seres sociais dentro das instituições de ensinios. Vendo a forma de como é tratada a temática da história da África e dos africanos e dos afro-brasileiros nas escolas e tendo os professores, junto à educação escolar, como participantes na formação da identidade dos alunos, é neste sentido que o presente projeto pretende analisar a sua problematização, dentro do campo.

A identidade étnico-racial como parte fundamental

As pesquisas apontadas aqui, por mais que não desenvolvem uma discussão de maneira direta sobre os efeitos causados por essa temática na identidade dos alunos de modo

13 Ver: Relações étnico-raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639. Organizado por Claudia Miranda, Mônica Regina Ferreira Lins e Ricardo Cesar Rocha da Costa, 2011.

14 Ver também os resultados da pesquisa de campo realizada por Rafael Conceição dos Santos. Educação para Diversidade Étnico-Racial: um estudo com professores de duas Escolas Estaduais em Taperoá-BA. 2021. Acreditamos que é um ponto importante para compreender esse ponto da discussão no presente projeto.

individual, apontam um diálogo próximo dessa corrente de pensamento, a preocupação do aluno como sujeito principal- a prior aos materiais didáticos- na sala de aula. A escola tem um papel fundamental na participação da construção identitária, cultural, social dos estudantes e principalmente em suas produções e reproduções. De maneira rápida propomos aqui uma reflexão sobre a identidade étnico-racial e sobre a atenção no papel da escola na sua contribuição.

A preocupação de um comportamento de auto identificação ou auto rejeição étnico-racial com o grupo, depende muito de como a sociedade naquele momento trata o determinado grupo, anuído com Stuart Hall (2020)¹⁵. Tomamos como exemplo os seguintes casos dos diferentes grupos raciais: ao analisar 15 livros de língua portuguesa de ensino fundamental da década de 90, Ana Celia da Silva (2011) aponta que a representação do negro nas ilustrações dos livros didáticos melhorou muito comparados os da década 80, mas ainda assim deixou-se de fora as manifestações culturais negras, não sendo descritas e nem ilustradas nos livros analisados. E ao apontar os determinantes dessas transformações do negro identificadas nos textos e ilustrações dos livros didáticos, a autora afirma que, essas mudanças são significativas e poderão contribuir positivamente para a identificação étnico-racial e autoestima das crianças afro-brasileiras. O antropólogo indígena Gersem dos Santos Luciano ao falar sobre a identidade indígena como orgulho de ser índio, através de um resgate e ressignificação do termo índio, que teve um significado pejorativo e sua identidade étnico-racial também sujeita da repressão cultural, o autor afirma que os povos indígenas no Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história: “após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo, o suficiente para que, de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários” (2006, p. 39).

Então, conforme observado nos exemplos acima, nossa autoclassificação identitária é socialmente construída, e ela é notável no sujeito através do contato com o outro, segundo afirma Nilma Lino Gomes (2005).

O ser humano sendo social, o papel da identidade étnico-racial torna-se fundamental para ele, se partirmos do pressuposto de que ”a etnia é um conjunto de indivíduos que histórico ou mitologicamente, tem um ancestral comum e tem uma língua comum, uma religião ou cosmovisão comum e uma mesma cultura” (MUNANGA, 2000, p. 28), e a raça como referência as complexidades existentes nas relações entre negros, indígenas e brancos na sociedade

15 KRUETZ, 1999, p. 83

brasileira, e não da ideia de superioridade ou inferioridade racial, como Nilma Lino Gomes aponta sobre essa discussão, que

Mas, é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em *raça*, quem fala e quando fala. Ao usarmos o termo *raça* para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usados em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. Ao ouvirmos alguém se referir ao termo *raça* para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge. O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo (2005, p. 45).

Entendo com o Hall (2020) que o conceito de identidade é demasiado complexo e muito pouco desenvolvido e também muito pouco compreendido nas Ciências Sociais contemporâneas para que ele possa ser definitivamente fechado. Dessa maneira, longe está o projeto de pesquisa apresentar como um conceito fechado. Aponta-se aqui que a identidade não é algo nato, e que ela se refere a um modo de ser estar no mundo junto aos outros, sendo esse um fato fundamental na criação das relações e de menções culturais dos diferentes grupos sociais, anuindo com Gomes (2005). É de modo considerável citar que, é no campo da cultura e da transmissão da história que definimos as nossas identidades sociais- não só racial mais também todas outras-, dessa forma a autora diz que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. E no campo da educação escolar essa questão torna se fundamental, já que esse meio de ensino é também considerado responsável na formação da identidade do indivíduo como ser social dentro das instituições, nesse aspecto Gomes fala que,

Podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma (2005, p. 44).

Neste sentido poderemos notar, pelo menos até aqui, que a escola não é só mais um lugar a mais no qual se reproduzem os prejuízos e as tensões étnicas, ela é também um lugar importante na produção e reprodução da cultura através do processo de ensino, assim como apontado por Kruetz (1999). Então, se o currículo escolar entender a identidade étnico-racial

como uma construção processual e não como um aspecto já solucionado desde o nascimento do indivíduo, abre-se um leque maior de diálogo sobre o método que é usado para tratar dos conhecimentos sobre a África e os negros em sala de aulas, e também como realmente os alunos se sentem e pensam em relação a esses métodos e conhecimentos. Pois é nesse ponto onde pretendemos chegar, analisar o conteúdo do material didático usado no ensino contemporâneo e pensar nos alunos como sujeito principais e fundamentais desse processo de ensino, e contemplar o que eles pensam, suas preocupações com os saberes escolar e suas preocupações identitárias, já que eles comprimem o espaço de ensino com os seus significados e símbolos individuais.

Metodologia

Ao aportar um diálogo mais amplo em níveis de abstração mais elevadas dos fatores naturais e da sociedade nas leituras com estudos bibliográficos, a pesquisa pretende observar se existe alteração ou transformação na aquisição cognitiva no aluno durante a experiência no ambiente escolar do ensino fundamental, enquanto este é um participante de aulas sobre a educação das relações étnico-raciais.

Por se tratar de um diálogo vasto com vários autores, no presente projeto de pesquisa, “é a análise que vai permitir observar os componentes de um conjunto perceber suas possíveis relações, ou seja, passar de uma ideia-chave para um conjunto de ideias mais específicas, passar a generalização e, finalmente, à crítica” (LAKATO, 2003, p. 28).

Seguindo a Lakatos (2003), em nossas análises, primariamente bibliográficas, após a classificação fundamentada em traços comuns- nos textos dos autores pesquisadores da identidade das nossas sociedades e dos autores que dialogam sobre a educação, na sua grande maioria, no ensino fundamental brasileiro- dos elementos constitutivos poderá se formular afirmações aplicáveis ao conjunto.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (SILVAs 2003, p. 49).

Na recolha dos materiais, fizemos uma delimitação para aquilo que é o foco da nossa pesquisa utilizando apenas aquilo que seria de necessidade para o diálogo proferido no referencial teórico. Desta forma, usando o método bibliográfico começamos nos recortes temáticos do geral- os autores do pensamento social brasileiro-, para o particular autores que

debruçaram sobre a educação e depois nos autores que falam da educação no ensino fundamental, propriamente com visão a educação étnico-raciais.

Começamos a nossa pesquisa bibliográfica com os autores interpretes do Brasil como Darcy Ribeiro (1922-1997), Octávio Ianni (1926-2004), Manuel Querino (1851 a 1923) como Clóvis Moura (1983), Guerreiro Ramos (1995), Sérgio Buarque De Holanda (1977), Arthur Ramos (1940), Ninas Rodrigues (1894), Joaquim Nabuco (1988), Oliveira Viana (1938), Gilberto Freyre (1971), Roberto Da Mata (2010), Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1964), Jocélio Tales dos Santos (2005) e muitos outros, que dedicaram parte de sua vida produzindo textos sobre o pensamento social brasileiro. Estes foram analisados ao decorrer do projeto para podermos nos situar, ou seja, contextualizar sobre o assunto racial brasileiro através do contexto histórico apontado por estes autores, as leituras ajudaram-nos a rastrear o passado do homem negro e entender a sua posição social na contemporaneidade, acreditamos que foram essas leituras primárias que nortearam o andamento da pesquisa em seu primeiro passo.

Mais tarde delimitamos os materiais nas temáticas educativas, trabalhando assim com textos de autores, em sua maioria, contemporâneos e também usamos materiais audiovisuais como complementares. Estes textos, que podemos considerar como a segunda parte da nossa pesquisa bibliográfica, serviram para o entendimento da situação contemporânea, eles nos ajudaram a refletir o que estaria acontecendo no agora, através de um olhar mais estreito no ensino moderno e da contemporaneidade dentro do contexto brasileiro. Usamos os textos desses para podermos trincheirar os argumentos trazido em discussão, já que as temáticas trabalhadas pelos diferentes autores apresentavam uma forte corrente de conformidade entre si, e que diante delas havia algumas com pesquisas científicas realizadas em estudos de campo com dados quantitativos e qualitativos junto das análises dos mesmos e embasada de uma vasta referência bibliográfica. Estas fontes nos ajudaram a compreender como a temática do projeto está pautada nas escolas e na sociedade brasileira e como o pensamento social brasileiro está sendo coordenado pelo conhecimento da educação escolar nos dias de hoje.

E para as recolhas dos materiais audiovisuais, a gente fez os mesmos procedimentos em relação aos textos, livros artigos e aos blogs relacionados a temática apresentada aqui. Pesquisando de maneira gradual, como já apontado acima, ao passo que analisávamos textos primárias, do pensamento social brasileiro, fomos também analisando vídeos, fotos na internet, e assim foi se seguindo com os textos dos autores da educação. Fomos acompanhando entrevistas, palestras, seminários e lives universitárias que utilizaram da educação como tema de discussão, para nos aprofundarmos sobre o assunto.

E futuramente pretendemos realizar estudo de campo para podermos acompanhar a aplicação da educação étnico-racial e entender como é tratada a temática da pesquisa em sala de aulas, no ensino fundamental e quais seus efeitos na identidade dos/as estudantes afro-brasileiros/as. O estudo de campo é definido, por Lakatos e Marcone como “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (2003, p. 186). Para o nosso estudo de campo, pretendemos pesquisar duas escolas do ensino fundamental, uma situada na capital, em Salvador, e a outra no interior, provavelmente na cidade de São Francisco do Conde da Bahia- como citado na introdução do projeto, essas duas instituições ainda não foram definidas até o presente, preferimos deixar as nossas análises em aberto por enquanto, no intuito de pensarmos e analisarmos quais delas enquadraria melhor para a temática da pesquisa apresentada. A escolha de duas escolas para a nossa pesquisa de campo, surge com a intensão de fazer estudos comparativos através de análises de textos, acompanhamento dos professores em salas de aulas e entrevistas orientadas por um formulário de questões que serão estruturadas de forma abertas¹⁶ com objetivo de saber como os professores trabalham a questão da história da África e dos africanos e da cultura afro-brasileira com os alunos e quais são as maiores dificuldades na implementação dessa temática em sala de aula.

Em nossa pesquisa incluiremos também a análise do Projeto Político Pedagógico das duas instituições no intuito de compreender como são tratadas essa temática nas distintas instituições, de modo que nos ajude a implementar uma análise comparativa das duas instituições ao ponto de averiguarmos quais são as maiores características do desafio de implementar uma educação étnico-racial nas escolas do ensino fundamental no estado da Bahia.

Cronograma

Anos/ Etapas	2020	2021		2022		2023	
	1° Semestre	1° Semestre	2° Semestre	1° Semestre	2° Semestre	1° Semestre	2° Semestre
Revisão do projeto	X	X					

¹⁶ “Este tipo de questão possibilita ampla liberdade de resposta. Mas nem sempre as respostas oferecidas são relevantes para as intenções do pesquisador. Há também dificuldades para sua tabulação” (GIL, 2008, p. 122).

Levantamento bibliográfico e fichamentos		X	X	X			
Análise dos dados e escrita do projeto		X	X	X			
Apresentação do projeto revisado					X		
Organizar a estrutura para a monografia						X	
Entabulo do roteiro e coleta de dados					X	X	
Análise dos dados coletados							X
Engendrar e produção escrita do trabalho							X
Revisão e redação final							X
Encaminhamento da monografia							X
Defesa da monografia							X

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. Identidades. Organizado por Brálio Sallum Jr; Lilia Moritz Schwarcz, Diana Vidal e Afrânio Catani, EDUSP, EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SP: 2016.
- BATISTA, Leonardo Moraes. Educação Musical, relações étnico-raciais e decoloneidade: tensões, perspectivas e interações para a Educação Básica. Rev. ORFEU, v.3, n° 2. 2018.
- BENEDICTO, Ricardo Matheus. Afrocentricidade, educação e poder: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional Brasileiro. São Paulo s.n. 2016.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades. Revista Eletrônica da A nphlac - número 4, 2005.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia (organizadores). Um enigma chamado Brasil: 29 interpretes e um país. ed. Companhia das Letras/ São Paulo, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa (org.). Aprendendo História: Etnicidades. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.
- CARVALHO, Airuan Silva De. A ALIENAÇÃO EM FRANTZ FANON: da consciência a descolonização. Universidade Federal do Maranhão – UFMA Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Ed. KWANISSA, São Luís, n. 2, p. 20-34, jul. /Dez, 2018.
- DA SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. Métodos e Técnicas de Pesquisa. 2. ed. ver. atual. / Mary Aparecida Ferreira da Silva. – Curitiba: Ibpex, 2003.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- DUCKWORTH, E. Either we are too early and they cannot learn or we are too late and they already know: the dilemma of applying Piaget. Harvard Educational Review. Harvard Graduate School of Education. Outono, 1979.
- E SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações Étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set. /dez. 2007.
- FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”), Volume 1/ Florestan Fernandes, Prefácio Antônio Sergio, Alfredo Guimarães. -5 ed. São Paulo: (obra reunida de Florestan Fernandes), Globo 2008.
- FRAGA, Myriam. A luta de cada um: Luiz Gama. São Paulo: Pallas, 63p. 2005.

FREYRE, Gilberto. Novo mundo nos trópicos. Trad. De Olívio Montenegro e Luiz de Miranda Corrêa, revista pelo autor. 1.^a edição, aumentada e atualizada, em língua portuguesa. São Paulo, Editora Nacional e Editora 1 da USP, [1971).

GIL, António Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6^o ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES, Manoel Messias. Africanidade: contemporaneidade, cultura e educação. *Revista Educação Pública*, v. 19, n^o 28, 5 de novembro de 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal n^o 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e a Intelectualidade do movimento negro descolonizando os currículos. UnB- Brasília, 2017.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/Sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Versão modificada do artigo “The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/ sexism and the four genocides/ epistemicides of the long 16th century”, publicado no *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, v. XI, issue 1, 2013, p. 73-90. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino Costa. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1* janeiro/abril 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). - *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 11^o ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/28/africanidade-contemporaneidade-cultura-e-educacao>.

IANNI, Otavio. Pensamento social no Brasil. --Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KRUETZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINO.- São Leopoldo- RS. 1999.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina De Andrade. Fundamentos de metodologia científica. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Augusto César Gomes ee; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; e; LINS, Mônica Regina Ferreira. Diálogos interculturais, currículo e educação: experiências e pesquisas antirracistas com crianças na educação básica. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

- MARRIOTT, Emma. A história do mundo para quem tem pressa. Trad. Paulo Afonso- 1ª ed. Rio de Janeiro: Valentina, 200p. 2016.
- MOURA, Clóvis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. Afro-Ásia 14-, 1983.
- MUNANGA, Kabenguele. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada-Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 204p. 2015.
- NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento / Elisa Larkin. — Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.
- NASCIMENTO, Jaime e GAMA, Hugo. Manuel R. Querino: seus artigos na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 236p. 2009.
- OLIVEIRA, Julvan Moreira De (org.). Educação em Foco: TRAJETO DAS AFRICANIDADES EM EDUCAÇÃO. Revista de educação / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação / Centro Pedagógico – v. 21, n. 3, Set/dez. 2016 – Juiz de Fora: UFJF, 304 p. 2016.
- OLIVEIRA, pérsio Santos de. Introdução à sociologia da educação. São Paulo: João Guizzo, 183p. 1993.
- PEAB – Projeto de estudos afro-brasileiros: contexto, pesquisas e relatos de experiências/ Organização de Aparecida de Jesus Ferreira – Cascavel: Unioeste, 2008.
- Portal do Ministério da Educação, MEC. Brasil Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC, 1996. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em 15 de Junho de 2021.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica' à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RAMOS, Arthur, O Negro Brasileiro. 2º edição argumentada. Companhia editora nacional: São Paulo - Rio - Recife – Porto Alegre, 1940.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 476p. 1995.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e práticas. Artigo publicado no livro organizado por Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- RODRIGUES, Elizabeth Pereira. A definição da competência frente às novas demandas da educação básica: aspectos legais e psicopedagógicos. Conselho de educação. MA. gov.br-2020.

RODRIGUES, Nina. O animismo fetichista dos negros baianos, Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca Nacional, (orgs: Yvonne Maggie e Peter Fry) 2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 262p. 2005.

SANTOS, R. C. dos. Educação para Diversidade Étnico-Racial: um estudo com professores de duas Escolas Estaduais em Taperoá-BA. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4952>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

SANTOS, Raquel Amorim dos. [In]visibilidade negra: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA). 2009.

Secretaria de Educação. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 1941- Metodologia do trabalho científico.- 23. ed. ver. atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou? / Ana Célia da Silva. – Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Claudilene Maria e SANTIAGO, Maria Eliete. Itinerário da prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar. Revista Brasileira de Educação (online). 2019, v. 24 [acessado 6 agosto 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240003>>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. -3. ed. -1. reimp- Belo Horizonte: Autentico, 2010.

SOUZA, Adamo Alberto. A teoria dos jogos e as ciências sociais. / Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2002. – Marília, 2003.

VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. 3º ed. ilustrada, companhia editora nacional: São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1938.